

1993

Atacando os efeitos

6 com. Brasil

JORNAL DA TARDE

Além de ter concentrado riqueza — e disseminado pobreza — a ponto de tornar o Brasil o país com um dos piores perfis de distribuição de renda do mundo, e inviabilizado os investimentos na produção, que são indispensáveis para a economia sair da recessão, a inflação crônica e alta — a “hiperinflação estabilizada” — com que os brasileiros têm convivido criou hábitos e vícios que contribuem, junto com suas causas estruturais, para mantê-la na estratosfera.

Veja-se a solução que o comércio encontrou para vender a prazo sem recorrer às financeiras. Além de exigir do interessado o enfrentamento de terríveis meandros burocráticos do sistema financeiro — preenchimento de detalhada ficha cadastral, consultas a instituições especializadas, emissão de documentos específicos de dívida, necessidade de se encontrar um avalista também sujeito a todas essas exigências —, o financiamento convencional tem o gravíssimo inconveniente de custar muito caro para o comprador. Os juros do crédito direto ao consumidor estão entre os mais altos do mercado.

Contra esses dois inconvenientes óbvios, o comércio passou a oferecer aos consumidores um crédito direto, por meio de pagamentos das parcelas futuras com cheques pré-datados. Rápido, fácil e baseado na confiança recíproca entre vendedor — que se compromete a descontar o cheque apenas na data combinada — e consumidor — que se compromete a honrar seu cheque nessa data —, esse sistema popularizou-se rapidamente porque também dá a impressão de ter um custo baixo.

Nem sempre, porém, é tão baixo como parece. O ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, José Eduardo de Andrade Vieira, faz uma conta simples para mostrar como esse tipo de financia-

mento quase sempre engana. A venda de uma mercadoria que custa Cr\$ 10 mil à vista com dois cheques de Cr\$ 6 mil, sendo um cobrado à vista, parece embutir uma taxa de apenas 20%, muito baixo para o nível com que o mercado opera. Mas, como Cr\$ 6 mil são pagos à vista, o valor financiado é de Cr\$ 4 mil (o preço à vista menos o pagamento feito no ato da compra). Por esse valor, o consumidor pagará Cr\$ 6 mil, o que quer dizer que, de juros, ele pagará Cr\$ 2 mil, ou metade do valor financiado.

Outro caso é o dos preços dos supermercados. Como nenhum consumidor tem condições de controlar, para seu uso próprio, a variação dos preços de uma grande lista de produtos, ele nem sempre sabe se, numa determinada data, o preço desta ou daquela mercadoria subiu demais. É bastante provável, por isso, que alguns ou muitos dos produtos à venda tenham sido reajustados de maneira exagerada, mas mesmo assim eles continuam sendo comprados pelos consumidores.

Outros vícios que só florescem em ambientes cronicamente inflacionários poderiam ser citados, mas o governo Itamar parece ter-se encasquetado com esses dois. Promete combatê-los, para, como diz, fazer baixar a inflação que, ironicamente, o próprio governo anuncia que está em alta, ao fixar para maio uma TR de 28,68%. Talvez até consiga alguma pequena e ocasional queda nos índices de preços, mas nada mais do que isso.

Depois de ter anunciado, há dez dias, um plano para combater a inflação e estimular o crescimento que não convenceu ninguém, o governo agora quer mostrar que está agindo. Mas o faz tapando o sol com a peneira, atacando efeitos — sem dúvida perniciosos, mas apenas efeitos — da inflação, não suas causas estruturais.